



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682446 - RJ (2021/0233124-0)

**RELATOR** : **MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : DAVID DA SILVA FLAUZINO DE SOUZA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DAVID DA SILVA FLAUZINO DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (0325745-71.2018.8.19.0001).

O paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 33 c/c art. 40, IV, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 9 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão, em regime fechado, e 971 dias-multa.

O juiz sentenciante absolveu o apelante quanto ao crime do art. 35 c/c art. 40, IV, da Lei n. 11.343/2006, com fundamento no art. 386, II, do CPP.

O Ministério Público interpôs recurso de apelação, no qual pretendeu a condenação do acusado pela prática do crime do art. 35 c/c art. 40, IV, da Lei de Drogas.

Já a defesa técnica pugnou a absolvição pelo crime de tráfico de drogas devido à fragilidade do acervo probatório. Subsidiariamente, postulou a fixação da fração de 1/3 pela causa de aumento de pena do art. 40, IV, da Lei n. 11.343/2006, com a consequente readequação do regime.

O TJRJ deu parcial provimento ao recurso defensivo para, ante a prática do crime do art. 33 c/c art. 40, IV, da Lei de Drogas, abrandar a fração empregada na terceira fase, readequando a pena do acusado para 6 anos, 9 meses e 20 dias de reclusão, e 680 dias-multa; e deu provimento ao recurso ministerial para condenar o paciente à pena de 4 anos e 1 mês de reclusão, e 952 dias-multa, em razão do crime do art. 35 c/c art. 40, IV, da Lei 11.343/2006.

A impetrante sustenta que a prova que amparou a condenação no art. 35 da Lei de Drogas é manifestamente ilícita, tendo em vista a flagrante ausência da estabilidade e permanência para a configuração do delito.

Requer o deferimento da liminar e, ao final, seja concedida a ordem de habeas corpus no sentido de fazer cessar o constrangimento ilegal a que está sendo submetido o

paciente, pela decisão que determinou suas respectivas condenações nas penas do art. 35 da Lei de Drogas, ante a inexistência de fundamentação concreta quanto às elementares estabilidade e permanência, com a consequente absolvição.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência